016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 12/6/2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. (16h05min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Hoje temos o comparecimento do Sr. Erno Harzheim, Secretário Municipal da Saúde, que abordará o PLE nº 008/17.
O Sr. Erno Harzheim está com a palavra.

O SR. ERNO HARZHEIM: Boa tarde a todos, em nome do Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Casa, cumprimento todos os Vereadores e todos os cidadãos presentes nesta Casa legislativa. Serei breve e objetivo. Trouxemos aqui em mãos para vocês um pedido excepcional com algum grau de urgência para podermos contratar, de forma temporária, 70 profissionais de saúde. Serão 15 enfermeiros, 40 técnicos de enfermagem e 15 auxiliares de farmácia para trabalharem no que já tradicionalmente se chama Operação Inverno da Secretaria Municipal de Saúde. Esses profissionais terão um contrato de quatro meses com alguma possibilidade de renovação em situação excepcional, mas eles são profissionais que vão ser convocados da banca dos concursados aprovados da Secretaria. Não são contratações excepcionais. A lista dos atuais aprovados dessas três profissões vai ser chamada em ordem crescente, do primeiro colocado em relação ao último com a pergunta se quer assumir esse cargo temporário ou não. O sujeito pode não assumir, recusar; ele permanece no primeiro lugar,

caso ele seja o primeiro lugar, para ser novamente convocado e nomeado numa nomeação definitiva que possa acontecer num momento posterior.

Por que precisamos de um número a mais de profissionais neste momento? Vocês sabem que temos um pico de doenças, principalmente respiratórias, na época do inverno. Isso sobrecarrega os prontos atendimentos e a emergência dos hospitais, inclusive a do Hospital Presidente Vargas, e isso diminui a partir de outubro. É algo sazonal, que cresce e depois volta ao seu platô, ao seu número usual. Eles vão nos ajudar a conseguir lidar melhor com essa demanda.

Por que, nesta contratação, não temos outras categorias profissionais? Porque, conjuntamente com uma Operação Inverno, talvez até reduzida em relação a outros anos, estamos fazendo nomeações e convocações efetivas de profissionais que continuarão trabalhando na Secretaria Municipal de Saúde.

Em relação ao Instituto Municipal de Saúde da Família, nós já fizemos 35 contratações este ano e estamos fazendo, convocando neste momento, desde a semana passada, mais 77, dos quais 53 são médicos. Esta é uma soma de 112 profissionais, que vão ser convocados e contratados do IMESF, dos quais 21 são Técnicos de Enfermagem e – vou repetir – 53 são médicos.

Do ponto de vista do quadro de municipários, o número não foi escolhido de forma intencional, mas também são 112 nomeações. Dessas 112 nomeações, 34 são técnicos de enfermagem, e temos 59 médicos.

Estamos ampliando a capacidade de atendimento da Secretaria num número final, definitivo, de 224, acrescidos de 70 por este período de quatro meses. Então, durante quatro meses, teremos 294 profissionais a mais na rede e, depois desses quatro meses, ficaremos com os 224 a mais. Isso vai nos possibilitar, tanto dar conta dessa, entre aspas, epidemia de doenças respiratórias da Operação Inverno, como também vai dar um alívio no trabalho e uma maior capacidade de atendimento para o Hospital de Pronto-Socorro, para o Hospital Presidente Vargas, para os prontos atendimentos e para as Equipes de Saúde da Família, que estarão todas completas no final desse período de convocações.

Por estes motivos, peço o apoio, a compreensão de vocês por trazer de forma tão acelerada a aprovação desse projeto, mas o único objetivo dele é conseguirmos colocar esses 70 profissionais trabalhando o quanto antes. E se essa votação for aceita por vocês e aprovada hoje são necessários de sete a dez dias para eles estarem trabalhando, e,

com isso, certamente aumentaremos a nossa capacidade de atendimento à população mais vulnerável da Cidade. Era isso o que eu tinha para falar a vocês. Fico à disposição, caso tenham perguntas. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu creio que é uma bela iniciativa, algo de extrema importância para a cidade de Porto Alegre, na medida em que nós percebemos, nessa área da saúde, uma vontade do Governo de regularizar algo que era um costume antigo, Ver. Dr. Goulart, o de ter um programa específico para a Operação Inverno, com ampliação do atendimento, como também com a ampliação do número de profissionais, os quais estão faltando muito, Ver. Carús, conforme a ida da Comissão de Saúde a diversos instrumentos de saúde na Cidade. Percebemos aqui, Secretário, que o senhor relata que o HPV, HPS e os prontos atendimentos. Eu lançaria uma pergunta, Sr. Secretário, nós percebemos que, na Operação Inverno, 25% da população sofre do problema de bronquite ou asma, sendo que, 65% destes, são criança. Esses prontos atendimentos, como também o HPV e o HPS vão ter capacidade de atender essa demanda maior de crianças, e de que forma será feito? Os primeiros profissionais a serem chamados serão 15 enfermeiros, 40 técnicos de enfermagem e 15 auxiliares de farmácia. Nós sabemos e percebemos isso, como o Secretário também falou, que lá na Estratégia de Saúde da Família será chamado mais um número significativo de profissionais para poder atender à Rede Básica de Saúde. E muitos desses cidadãos, hoje, estão indo aos prontos atendimentos, Ver. Robaina, e estão recebendo a ficha verde ou azul. E todo o cidadão que recebe a ficha verde ou azul, sabe que em tese não é prioritária, porque prioritários são os pacientes de grande complexidade ou média complexidade, que são as cores vermelha e amarela. Então eu acredito que nesse aspecto, esses locais que estão, agora, na verdade, repondo os funcionários, eles terão condições, é claro, de atender a um número significativo e de não sobrecarregar os prontos atendimentos, que foi o que nós percebemos ao longo das visitas que a Comissão de Saúde fez na cidade de Porto Alegre. Então nós queremos, Secretário, não só desejar boa sorte, mas principalmente que esses cidadãos

concursados que serão chamados não percam o direito de, ali na frente, se não quiserem, se recusarem a vaga, preencher a vaga do concurso público. A não ser, e é importante dizer, Secretário, naquela situação em que o cidadão trabalha no hospital privado e, se ele sair do hospital privado, pode acabar perdendo. Porque depois terminam os 120 dias. Então, quem está no mercado tem que dar uma pensada, porque é diferente da situação do funcionalismo público. A princípio queremos louvar, em nome da Bancada do PT, essa bela iniciativa e dizer que esperamos que Porto Alegre seja uma das pioneiras em voltar a atender esse programa especial que é o programa de Inverno. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadores e Sras. Vereadoras, Sr. Secretário Municipal de Saúde, Dr. Erno, também venho aqui como Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM, que tem debatido e conhecido profundamente, a cada visita externa que realizamos, a enorme necessidade do aporte de recursos humanos na área da saúde em Porto Alegre. E concluímos, nos últimos dias, uma série de visitas que priorizamos aos três prontos atendimentos 24 horas do Município e aos dois hospitais também geridos pelo Município, o HPS e o Hospital Presidente Vargas. Percebemos ali, de parte dos servidores que atuam nestes locais, e também da direção e responsáveis pela gestão nestes locais de atendimento, uma ansiedade muito grande, mesmo sabedores das dificuldades financeiras que são enfrentadas pelo Município, mas uma necessidade enorme de prestar o serviço adequado àquela população que ali acorre pelo Sistema Unido de Saúde, em específico ao Hospital Presidente Vargas, em que notamos, Secretário Erno, um atendimento que poderia ser maior e adequado à estrutura que existe naquele local, que não é justamente pela falta de recursos humanos. E que aqui fique bem claro que não faço uma crítica ao Governo atual, problemas que se arrastam há bastante tempo, e uma demanda crescente de uma população que vem perdendo seu poder aquisitivo fruto da crise econômica que vivemos em todo o País, vítima do cenário desolador de desemprego, acaba não tendo mais condições de pagar um convênio particular, Ver. Robaina. E onde isso estoura? Justamente no serviço prestado pelo SUS. Um exemplo prático disso é o Centro de

Saúde Santa Marta, que fica aqui na região do Centro Histórico, onde se registra um número crescente de usuários, de pacientes que acorrem especialmente àquele local, especialmente nos últimos quatro anos. Quero destacar aqui, no projeto que solicita autorização do Legislativo para a contratação emergencial de funcionários para a área da saúde em função da Operação Inverno, o art. 4º e o seu § 1º, que garantem prioridade de chamamento público daqueles que prestaram concurso tanto para técnico de enfermagem como para enfermeiro de nível superior. Isso é um avanço muito importante e até mesmo que esses chamados recusem ou desistam, eles não sofrerão nenhum tipo de prejuízo legal para quando forem efetivamente convocados ou nomeados. Esse é um avanço fundamental e foi destacado pelo Secretário Erno aqui no seu pronunciamento. Eu disse outro dia quando houve aqui, inclusive, da minha parte, uma manifestação mais incisiva, mais dura, cobrando aquilo que havia dito o Prefeito Marchezan, que nós poderíamos ser taxados de covardes, de inseguros ou de que não queríamos o melhor para a Cidade, quando ele não reuniu, a partir da sua base, os votos suficientes para aquele projeto que proibia a reposição da inflação, e nós viemos aqui contestar isso. Passou aquela etapa. A postura que tem sido adotada pelo Secretário Erno e pela sua equipe na área da saúde é uma demonstração de que nós precisamos naqueles temas mais relevantes de interesse público – que necessitam, sim, de soluções imediatas e urgentes, em favor da qualidade de vida do cidadão –, uma unidade. Senão, nós vamos sempre aqui, Ver.ª Mônica, deixar de construir consensos para aquilo que a população mais precisa, porque nós queremos ser autores de projetos que vão nos dar meia dúzia de linhas numa nota de jornal ou alguns segundos nos veículos de imprensa, seja pelo rádio ou pela TV. O interesse público é muito maior do que isso e a prevalência do interesse público sobre as vaidades daqueles que trabalham na linha do quanto pior, melhor, é muito superior também. Se nós queremos uma cidade que tenha serviço público de saúde qualificado, segurança pública qualificada, educação de qualidade, com diálogo, nós precisamos produzir consensos sob pena de que quem perca com isso seja o cidadão, a quem nós devemos satisfação do nosso trabalho. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO: Quero, inicialmente, agradecer o carinho e a solidariedade de todos os colegas no dia de sábado. Aprendi com meu pai, o primeiro livro que ele me fez ler foi "O Pequeno Príncipe", que o principal personagem deste livro, Ver. Dr. Goulart, era o acendedor de lampiões, porque esse personagem nunca buscava proveito próprio, ele sempre, por solidariedade, por abnegação ao bem comum, buscava o que era melhor para os outros, para ajudar os outros. Isso, sem dúvida nenhuma, foi o que me fez chegar à medicina – na medicina, fui colega do Erno, por sete longos anos –, e quero dizer que esse é o principal ideário que me move. Quero te saudar, na tarde de hoje, Erno, e dizer que estou tendo um *déjà-vu*, porque eu me lembro quando o Dr. Pedro Gus, principal Secretário que eu vi à frente da Secretaria da Saúde, esteve aqui nesta Casa anunciando o chamamento de 256 servidores. Tu estás vindo aqui hoje anunciar o chamamento, em tempos de crise, de 224 servidores. Alguns são temporários, porque, infelizmente, neste momento não se consegue avançar mais isso; outros são definitivos – a imensa maioria, 224 são definitivos. Isso realmente pode fazer com que Porto Alegre caminhe para uma saúde melhor; realmente pode fazer com que, no inverno, as patologias possam ser tratadas. Ver. Oliboni. Alguns por contratação pelo Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família para compor os postos, outros concursados municipários, mas realmente podem dar, nos prontos atendimentos, no Hospital Presidente Vargas e no HPS, o atendimento de que realmente se precisa nessas localidades.

Nós temos vivenciado muito a saúde do Município, Ver. Pujol, meu Líder; Vereadores do bloco; Ver. Paulinho, com quem eu tenho uma afinidade muito grande lá em Belém Novo, onde temos lutas juntos, e temos verificado que a grande dificuldade na saúde talvez esteja na possibilidade de dar acesso e atendimento às pessoas. A contratação de profissionais em um contingente tão grande realmente precisa ser saudada. Nós vamos votar favoravelmente ao regime de urgência e à contratação desses servidores, e acho que, realmente, são ações como essa, Ver. Moisés, que o Governo Municipal tem que sublinhar, elogiar e ampliar, porque essas situações positivas é que vão fazer com que Porto Alegre assuma um outro panorama no que se refere aos serviços públicos, principalmente na saúde. Parabéns! Acho que, na tarde de hoje, V. Exa., meu colega Erno, protagoniza outro momento parecido com aquele do chamamento de mais de 200 médicos pelo nosso professor e ex-Secretário Pedro Gus. Sem dúvida nenhuma, vamos votar juntos. Aplaudimos de pé essa iniciativa da Prefeitura.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, meus distintos colegas, peço licença ao Secretário Erno e aos Srs. Vereadores para, em primeiro lugar, me dirigir ao Dr. Thiago. Ontem, certamente, estive num desses dias que é o mais terrível da vida que cada um de nós já experimentou ou vai experimentar, que é a perda do nosso pai ou da nossa mãe. Sempre lembro que tínhamos uma casa no Cassino e tinha uma plaquinha que meu pai botou que dizia: "*Um padre que da consejos; Más que padre es un amigo; Ansí como tal les digo; Que vivan com precaución; Naides sabe en qué rincón; Se oculta el que es su enemigo."* Martín Fierro. Lembro disso para dizer que é o pai que está sempre junto com a gente para colocar a mão no ombro para nos amparar, para nos apontar o caminho. Quando isso acontece, e é inexorável perdermos o nosso parceiro, é um pedaço nosso que se vai, mas é o exemplo que fica, Thiago, é o exemplo de quem nos deu valores. Quero dizer que a dor fica, mas, mais do que a dor, vai ficar o exemplo e a luz que teu pai, certamente, te deixou. Quero que fique aqui da tribuna desta Casa registrada a minha solidariedade.

Também quero lembrar que hoje é o Dia Mundial da Mobilização Contra o Trabalho Infantil. Acho que esse é um tema importantíssimo. E eu, como pai de três filhos, fui com o meu pequeno, no dia da vacinação, e estava lá o Secretário com a menina dele. Vejo que a infância é sagrada. A infância é tempo de brincar, de sonhar, de receber afeto, carinho, proteção – já que estamos falando em pai e mãe –, então que a gente possa se mobilizar como casa política para evitar que isso, que é um mal, uma chaga e que, certamente, permeia praticamente tudo, possa ser erradicado, pelo menos, da nossa Porto Alegre. Nenhuma criança merece o ônus, o encargo de ter a sua infância substituída por trabalho, até pode ajudar, circunstancialmente, o pai ou a mãe. Eu conheço, por exemplo, os filhos dos feirantes, que vão juntos, até a DRT fez uma bobagem, começou a visitar as feiras e autuar. Aquilo faz parte da cultura daquelas famílias, e é muito melhor o filho do feirante estar ali na feira, do que estar na periferia da Cidade, muitas vezes, solto, à mercê do crime, da sedução das drogas e outras questões

mais. Mas, para além disso, a infância é um espaço sagrado, lúdico, que tem que ser repleto de carinho, de afeto, de atenção e não de trabalho.

Bom, dito isto, Sr. Secretário, eu quero registrar na mesma toada do Dr. Thiago, que foi secundado e apoiado por vários Vereadores. Eu tenho muito carinho pelo meu querido Pedro Gus, pela sua esposa, dona Matilde Gus, e acho que é absolutamente justa a comparação deles, dizendo que nesses poucos meses, são cinco ou seis meses, nós já podemos antever, antecipar que o seu desempenho é condizente ao desempenho do Dr. Pedro Gus, que foi, não tenho memória de outros tantos, mas certamente um dos melhores, quiçá o melhor Secretário de Saúde que esta Cidade teve.

Eu quero dizer mais, em momentos como este, que as pessoas boas estão fugindo da política, porque parece que a sociedade se sente, na verdade – não sem razão, com muita razão –, como um cachorro que caiu do caminhão da mudança, porque olha para um lado, para esquerda, vê roubalheira, vê desvio, vê a relativização de valores, de conceitos, olha para a direita e vê a mesma coisa! Já não enxerga mais ideologia como saída para nada! E se perde nessa falta de horizonte e da desesperança, do desvio, da roubalheira, da corrupção! E os homens bons vão saindo da política! Vão tentar qualquer outra coisa, porque hoje em dia, ser político... já ficamos com o carimbo e a pecha. Enxergar e ver pessoas boas, professores, doutores, médicos, advogados, enfim, a profissão que for, que queiram se dedicar a essa vida, de dar um pouco do seu conhecimento, do seu talento para o bem comum, professor, nós temos que aplaudir.

Então, Secretário, eu quero, nesse pouco tempo, deixar aqui o meu aplauso, e dizer que nós estamos vendo aqui cortes, cortes e cortes, são frutos do momento. E quando a gente vê a sinalização de um outro caminho, que é esse, e de atender o que de fato é substantivo, que eu diria que é saúde, educação e segurança, nós temos que aplaudir, apoiar, votar em regime de urgência e ir ao encontro, verdadeiramente, daquilo que a sociedade quer de nós e apontar o caminho. E o caminho é substancialmente essas três questões. Por isso Secretário, tenha certeza de que a Casa vai acolher o apoio, não só neste instante, mas em todos os instantes em que a tua própria competência tem sinalizado para nós que é o correto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que nós começamos agora, Secretário, a encaminhar uma pauta positiva, ou seja, aquele projeto que não passou na Casa foi mal encaminhado, não era o momento. Nós temos mais de dez projetos há mais de um mês e que poderiam já ter passado por este plenário, que é soberano. Eu acho que é uma coisa que nós temos que questionar e ao mesmo tempo ajudar, porque o plenário tem que ser soberano. E saúdo a V. Sa.,que tem vindo seguidamente a esta Casa o que é muito bom; o Parlamento não é inimigo de ninguém, automaticamente, ele tem as suas prerrogativas; o Executivo tem as dele e o Legislativo, as suas. Mas se nós pudermos chegar a uma harmonia como neste caso que acontece hoje aqui com a sua presença, que é um projeto com objetivo temporário. Essa é uma questão que V. Sa. traz a esta Casa e que deve ser observada pelo Executivo Municipal. Só para vocês terem uma ideia, todos os anos, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul tem que aprovar as contratações temporárias de mais de 15 mil professores; outro regime trabalhista. Porque muitas vezes dizem que se fizerem concurso público vai inchar a máquina – não! Há alternativas como esta aqui, que nós vamos aprovar unanimemente; é temporário para pessoas trabalhem na saúde, mas é vital, é importante para a nossa Cidade. Excepcionalidade e interesse público têm que ser muito bem colocados. Ou seja, este projeto é bem-vindo, porque ataca essa área que é sensível, ajudando principalmente as pessoas mais carentes da nossa Cidade. Então, é nesse sentido que estamos aqui chamando, desde já, uma pauta positiva, dando a perspectiva de nós termos um regime trabalhista e não de banco de talentos, mas banco de concursados. Eu sou a favor sempre de que nós tenhamos concurso público para determinadas posições-chave do Município. Isso pode ser um plano-piloto para o Município no sentido de que nós possamos ter, em outras atividades, Secretário, a mesma circunstância. Este período de 120 dias, com possibilidade de renovação por mais 120, é naturalmente uma posição que o Município vai escolher, determinando o momento de encerrar essa atividade. Isso faz com que a Câmara seja parceira do Executivo, principalmente na saúde, que é fundamental para o cidadão porto-alegrense ainda mais neste momento de inverno, com dificuldades imensas nas situações que esse projeto traz, que são a complementação e a ampliação de serviços à sociedade.

Eu concluo dizendo que, mais uma vez, como já falaram os meus colegas, vou seguir no raciocínio de que o senhor tem vindo aqui constantemente dialogar, buscar alternativas para uma Porto Alegre melhor na saúde. Não basta só na campanha os políticos falarem que a saúde, a educação e a segurança, aquele trinômio, são importantes. Tem que executar. O que nós vamos fazer aqui, Tarciso, é a execução de um projeto, para melhorar a saúde dos porto-alegrenses. Secretário, estamos junto, venha sempre a esta Casa trazer novidades, porque a novidade boa para a sociedade esta Casa vai apoiar. Parabéns!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós, da oposição, sempre digo isso, quando o projeto é bom para a Cidade, nós damos acordo, votamos a favor, não temos problema. Nós sempre tivemos essa postura com os Governos passados e, também, com o atual. O problema é que, de fato, estavam vindo poucos projetos bons para a Câmara em várias matérias. Hoje veio este projeto da Operação Inverno, que ocorre todos os anos em função do aumento das doenças respiratórias, e veio com uma inovação muito boa, que quero registrar aqui da tribuna, que é a ideia de utilizar o cadastro de concursados, que já estão esperando o chamamento para efetivação no serviço público, e que podem estar no contrato temporário e, depois, permanecerem ou não. Os contratos emergenciais, como ocorreram no passado, com concurso público em aberto, eram uma outra forma de contratação, eram bastante complicados, objeto de dúvidas e críticas dos movimentos de concursados e mesmo dos movimentos sociais. Quero elogiar essa inovação e, ao mesmo tempo, trazer que embora seja uma operação necessária, que todos os anos tem, ela não pode encobrir uma falta que existe de funcionários na área da saúde. O Secretário me dizia antes a quantidade de técnicos que serão chamados, que a Secretaria está pedindo. Nós estivemos no HPV, em visita com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e na UTI Pediátrica daquele Hospital havia vaga para cinco crianças, acompanhadas pela quantidade de profissionais como preconiza o Sistema Único de Saúde; havia onze

crianças e teria espaço físico para o funcionamento de 32 leitos, caso houvesse mais profissionais para atender a população. Então, a demanda no Hospital de Pronto Socorro chega a quase 200 de técnicos em enfermagem ao longo dos anos, seja pelas aposentadorias, seja pela questão das licenças, que é outro debate importante. Em função do laudo da insalubridade - que, para nós, deveria ser de 40% para todos os profissionais da saúde pelo grau de exposição, pelo risco de contaminação -, e em função dessa divergência, seguem parados lá no Previmpa. Esses profissionais esperam a aposentadoria e, ao mesmo tempo, o Hospital precisa dessa aposentadoria para poder chamar os novos concursados. Então nós precisamos a reposição imediata desses profissionais na área da saúde, são técnicos de enfermagem, enfermeiros, são assistentes sociais, são médicos, enfim, uma gama de profissionais da saúde. Essa demanda é histórica, mas que, óbvio, vai gerando uma precarização e, muitas vezes, um colapso do serviço. Quero ainda fazer o registro da gravidade da situação que aconteceu no HPV, na semana passada, e que, obviamente, precisa ser repudiada, investigada, porque é muito grave. O fato de uma mãe que levou um bebê e não foi feito o boletim de ocorrência em função da superlotação; a mãe foi para casa e o bebê morreu. Então houve uma situação muito grave, e nós precisamos dessa investigação, obviamente: se foi uma orientação da direção, para que não houvesse novas consultas. Isso é um absurdo, porque, em caso de urgência, qualquer serviço em saúde tem que garantir a vida em primeiro lugar, ou se foi uma negligência. De qualquer maneira, é inaceitável que uma criança tenha morrido nessas circunstâncias.

Também, para concluir, queria dizer da importância do Hospital Presidente Vargas. Eu sei que o tema não é esse, nós temos acordo para votar o projeto, e obviamente votaremos a favor do projeto da operação Inverno, fazendo esse clamor muito mais para o Secretário, que reconhece a demanda para o Governo, fazendo essa luta para que o Governo, a Secretaria da Fazendo, o GPO acelerem essas nomeações, inclusive se incrementem mais nomeações, mas também da manutenção do Hospital Presidente Vargas como um hospital de referência na violência às mulheres e crianças, um hospital materno-infantil bastante importante, que precisa manter o seu caráter público, o seu caráter cem por cento SUS, o seu caráter fundamental para as mulheres e crianças da cidade de Porto Alegre.

Eu lhe cumprimento mais uma vez pelo comparecimento, e deixamos registrada aqui nossa posição sobre o projeto.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente Ver. Cassio Trogildo; nossos queridos Vereadores e Vereadoras; nosso querido Secretário Erno, é com satisfação que vemos chegar até nós esse passo importante a ser dado. Nos últimos tempos não aconteceram contratações na saúde de Porto Alegre, e que sorte que essa contratação temporária que está sendo feita pega as principais instituições da própria Prefeitura, que são o Hospital Presidente Vargas, agora, e o Hospital de Pronto Socorro. Então eu queria chamar atenção que nós vamos ter tantos enfermeiros, tantos auxiliares de enfermagem e tantos técnicos de farmácia que vão ajudar bastante na própria orientação de como devem usar a medicação que às vezes está prescrita, e o pessoal não sabe como funciona. Outra coisa interessante foi o tipo de contratação: imagina-se que possa ter para 30, 40 horas ou um pouco mais até, sendo as pessoas de outro tipo de função que não impossibilite a contratação. Isso é muito bom, porque estamos nos preparando para conversar aqui neste plenário sobre o IMESF, onde nem todos estão interessados em trabalhar, porque 40 horas, às vezes, não interessa a todos; mas se for por 30 horas, interessa. Então que bom que podemos conversar isso também agora nesse grupo que vai ser chamado. A nossa missão aqui, Dr. Erno, é cuidar para que sempre os funcionários públicos tenham entrada nos hospitais, ambulatórios, laboratórios, por concurso. A esquerda tem que ter esse compromisso: lutar pelo compromisso de ter que fazer prova, mas acontece que em alguns momentos não dá, é muito tempo para chamar os trabalhadores que precisam trabalhar – então se faz o quê? Uma contratação temporária. Mas nós vamos aceitar o trabalho inicial temporário, se nos ficar assegurado que os primeiros a serem chamados sejam os técnicos de enfermagem, técnicos em farmácia e os enfermeiros que já passaram no concurso. Temos que ter essa garantia da Prefeitura: os que já passaram no concurso. Depois, se forem chamados, como acho que vão ser, obrigatoriamente, porque está faltando gente, que continuem trabalhando nos hospitais e nos pontos da Prefeitura. Quem? Estes mesmos funcionários que passaram no concurso. Vou dizer várias vezes

para isso ficar enfatizado. Claro, depois, na medida do possível, vai se contratando os outros que fizeram concurso, e até fazer novo concurso depois, se for necessário. Que bom, Dr. Erno, que a gente pode subir à tribuna e falar bem do trabalho na saúde. Quero agradecer o espaço que o senhor tem dado. O pessoal está muito agradecido no meio político - vejo isso com quem tenho conversado, e os usuários do SUS estão agradecidos com esse momento de trabalho da Secretaria de Saúde. Então, não se esquecendo: temos o compromisso de lhe ajudar, e Vossa Excelência tem que nos ajudar também, trazendo aqueles que fizeram concurso e não puderam ser chamados. Muito obrigado, que tudo corra bem na saúde de Porto Alegre.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente; Secretário; Vereadores; as pessoas que nos assistem; fazia algum tempo que eu não utilizava esta tribuna tão animada, Sr. Secretário. Bem-vindo seja a razão de todos nesta Casa por aquilo que a gente fala e sempre defende: o bem comum. Essa preocupação do Secretário da Saúde, Sr. Erno, e da Secretaria da Saúde que requer a compreensão de todos os Vereadores no momento de necessidade de atendimento à população porto-alegrense devido ao aumento de doenças trazidas pelo frio e também devido aos tempos chuvosos recentes, quando nós sabemos que aumentam as complicações, principalmente as doenças respiratórias, como a asma. E entra nesta Casa um Pedido de Urgência, que é a contratação de 70 profissionais de saúde para trabalharem em cargos temporários.
Eu escutei atentamente, Secretário, e poderia aqui discorrer sobre várias questões na defesa, mas nem é preciso, todos os Vereadores que se manifestaram, e aqueles que atentamente escutaram, mostraram compreender o momento tão grave, tão preocupante e que, por sorte, nós temos no comando da Secretaria da Saúde um Secretário que cumpre o que prometeu na sua posse. Eu anotei aqui, porque me chamou muita atenção quando ele disse que trabalharia por uma política integradora em Porto Alegre: “Serei um Secretário da Saúde, vamos fazer a gestão do Sistema de Saúde, do ambiente público em harmonia com o ambiente privado. Vamos desenvolver ações que entreguem mais resultados para os porto-alegrenses, como foco em gestão, informação e inovação.

Trabalharemos baseados em princípios, como transparência, diálogo direto, acesso, cuidado centrado na pessoa e coordenação do Sistema de Saúde". O Secretário Erno visitou instituições representativas e hospitais e, assim, ouviu lideranças do setor. Como o senhor vê, eu estou muito bem informada da sua caminhada na saúde, porque há três áreas que me preocupam muito: a saúde, a educação e a segurança. E, quando o senhor assumiu, eu não lhe conhecia, fui pesquisar, acompanhei e fiquei extremamente satisfeita, e aqui está a prova, um Secretário que vem à Câmara trazer o problema dos porto-alegrenses, que esta Casa representa tão bem, e que vai, sim, lhe dar todo o apoio. Aqui, neste momento, a saúde sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas. Conte com o nosso apoio, conte com o apoio de cada Vereador que prestou seu juramento de trabalhar pelo bem comum, pelo bem da Cidade, pelo bem dos porto-alegrenses. Como Líder da bancada do partido Progressista, falo aqui em nome dos Vereadores João Carlos Nedel, Matheus Ayres, e Cassiá Carpes, e nós estamos juntos nessa caminhada para defender os porto-alegrenses de toda e qualquer doença. Obrigada, Secretário, mais uma vez.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Secretário Erno, quero, muito rapidamente, aqui, manifestar minha posição. Já estamos avançando na hora, e é importante que venhamos a votar o mais rapidamente possível pela importância e pela necessidade da urgência que temos em relação ao projeto. Primeiro, quero relembrar inicialmente o mérito, a necessidade e a importância deste momento, que já foi aqui relembrado pelos meus antecessores da tribuna que, em momentos de crise, em momentos de dificuldade, o Governo reúne esforços e consegue fazer com que aconteça a contratação de mais servidores, qualificando os nossos hospitais, os nossos postos de saúde, permitindo que venhamos qualificar e melhorar o atendimento da saúde, tão importante e de tamanha responsabilidade da Prefeitura. Então quero registrar aqui o nosso reconhecimento e evidentemente, ao mesmo tempo, quero reforçar o que também já foi dito por alguns que me antecederam, o fato de que o Governo, embora em alguns momentos tenha cobrado aqui da Câmara, de alguns Vereadores, porque não tem conseguido implementar algumas das suas políticas – não vou entrar no mérito dos

motivos pelos quais nós não avançamos –, eu quero dizer que, neste quesito, não há simplesmente base, ou independentes, ou oposição. No que diz respeito à saúde, no que diz respeito ao interesse público, ao atendimento, nós temos que, sim, fazer os esforços para que possamos garantir ao Executivo todas as condições para aplicar as políticas necessárias. Quando votamos recentemente a gratificação que garantiu a permanência de alguns Secretários que foram cedidos do Governo do Estado, que estavam perdendo recursos porque vinham para cá, é porque esta Casa tinha o entendimento da necessidade de ter sempre pessoas da maior qualidade, com experiência, que viessem agregar a esta missão e gestão tão difícil que tem a saúde pública. Quando conversei com V. Exa. fora da tribuna, aqui no plenário, e lhe perguntei como estavam os desafios, enxerguei na sua face à disposição, apesar de os desafios serem difíceis, de torná-los possíveis de serem alcançados, de melhorar as metas, de garantir melhorias em serviços. Isso não só nos alegra, mas nos traz um certo otimismo de que estamos no caminho certo. Quero que V.Exa. conte com o nosso apoio, porque, no que diz respeito à saúde pública, nós não podemos brincar.

Acho que a sua presença, hoje, se faz pela necessidade e pela urgência da aprovação deste projeto, mas gostaria de, em outros momentos, contar com sua presença para que possamos não fazer apenas aquele papel, que é o principal dos Vereadores, de fiscalizar, de cobrar, mas que possamos construir um amplo debate. Esta Cidade tem feito investimentos pesados nos últimos anos, tivemos o aumento de postos de saúde, de leitos, na cidade de Porto Alegre, e automaticamente também tivemos o aumento da demanda, uma vez que vários hospitais foram fechados no Interior do Estado. Aonde essas pessoas vieram se refugiar nós todos sabemos - em Porto Alegre -, sobrecarregando o sistema, que já é pesado, mas que tem encontrado, por parte desta e de outras gestões, e de nós Vereadores, todo o esforço coletivo para enfrentar essa crise, a escassez de recursos. Tenho certeza que o dinamismo e a busca da excelência são o caminho.

Conte com o nosso apoio. Parabéns, é uma ótima notícia que V. Exa. traz a esta Casa, em especial para cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Secretário da Saúde, Erno Harzheim, ouvi atentamente os Vereadores que me antecederam, em particular, o Ver. André Carús, ouvindo seu discurso, tive aquela santa inveja de que era o discurso que eu queria ter feito, mas talvez não tivesse a competência de tê-lo feito, com qualidade, com conteúdo político. Neste meu primeiro mandato, escuto muitos clichês lá fora sobre esta Câmara, e a maioria deles totalmente equivocados, pela qualidade dos Vereadores que encontrei aqui nesta Casa, e V. Exa. é um deles. V. Exa. sabe disso, a opinião que tenho a seu respeito, que é pública, de que és um dos grandes nomes desta Câmara. O discurso do Ver. André Carús foi extraordinário, falando sobre o consenso, e esse consenso, Secretário, que trouxe essa postura elogiável da oposição aqui favorável ao nosso projeto, ao contrato emergencial, mostra sua competência e todos os elogios justíssimos que foram feitos a V. Exa. aqui nesta tarde. Essa sua postura respeitosa, transparente, republicana de vir aqui neste Parlamento, dar satisfação àqueles que são verdadeiramente os representantes do povo de Porto Alegre. Esta Casa hoje dá um exemplo para a Cidade, é como disse o Ver. André Carús: não existe bem comum sem consenso político. Consenso político naquele mínimo necessário para que a Cidade possa prestar aos cidadãos os serviços que eles necessitam e que esperam, como muito bem me falou aqui há pouco o Ver. Oliboni.

Eu, que tanto tenho antagonizado com a oposição, particularmente com o PT e PSOL aqui nesta Câmara, quero agradecer em nome daquela parcela da população que represento, Ver.ª Sofia, por esta postura de amizade cívica, de amizade política e de respeito ao bem comum da Cidade. Ver.ª Melchionna, o meu elogio vai para a senhora também, pelo seu pronunciamento aqui, este diálogo absolutamente necessário para que a gente construa o bem comum em Porto Alegre. E esse bem comum, Secretário, seguramente, deve-se à sua postura e à grande escolha que o Prefeito Marchezan fez em tê-lo na Secretaria, que, dessa forma, como comentei aqui, tão transparente, tão republicana e, sobretudo, respeitosa a este Parlamento em vir aqui dar satisfações, colocar-se à disposição e pedir o nosso apoio. O apoio do nosso Partido é absolutamente incondicional a este projeto, e o nosso sentimento, pelo que nós vimos aqui, é de que esta Casa estará com o senhor, para que o povo de Porto Alegre possa ter a saúde de que tanto precisa. Obrigado e parabéns pela sugestão, Secretário.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Secretário Erno Harzheim está com a palavra para suas considerações finais.

O SR. ERNO HARZHEIM: Vou ser bastante breve. Gostaria de agradecer imensamente o apoio de todos vocês a este projeto. É um projeto da Secretaria Municipal de Saúde, do Governo para a população de Porto Alegre, que ficou patente na explanação de todos que falaram. Muito obrigado pelos elogios, mas não são pessoais. Se eu apareço aqui conversando com vocês e apresentando o resultado do trabalho é porque é o trabalho que a equipe que a Secretaria Municipal de Saúde desenvolve. Eu só ocupo um papel lá e o que eu trago é o trabalho que todos os colegas fazem durante todos os dias para organizar a atenção à saúde.

Eu queria aproveitar para esclarecer uma questão muito importante. Essa contratação temporária tem o objetivo óbvio já dito aqui. Eu comentei das outras nomeações, várias delas já efetivadas, algumas delas em fase final de aprovação, e elas só são possíveis nesse momento de crise da Prefeitura de Porto Alegre porque estão completamente alinhadas com o restante da gestão municipal. Mais de 75% dos recursos que vão ser responsáveis por essas nomeações não são recursos do Tesouro, são recursos do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde, possíveis de serem aplicados nessas nomeações. Porque desde a primeira semana de janeiro, nós, a equipe da Secretaria Municipal de Saúde, temos estudado a fundo a composição do Fundo Municipal de Saúde e com isso conseguimos reorganizar os nossos recursos sempre com uma base legal e normativa muito clara para aplicá-los no que for mais necessário. Fizemos diversos cortes, alguns cortes criticados por parcelas da população, não cortes na assistência, mas cortes em ações que não são as ações-fim da Secretaria, que não são as ações de atender do ponto de vista médico e de enfermagem e das outras profissões da nossa população, mas é só por isso que a gente tem a aprovação desse contingente de profissionais. Porque o Fundo financeiro responsável por mantê-los ou são recursos de outra origem ou nós estamos criando recursos. Com essas contratações nós vamos habilitar 35 equipes de Saúde da Família. Isso representa uma verba mensal de R$ 525 mil do Governo Federal e do Governo Estadual. Então não são recursos do Tesouro que

estão sendo investidos. Nós estamos contratando de maneira correta e criando recursos. Quase todas essas contratações significam um aporte novo de recurso financeiro, que vem ou do Governo Federal ou do Governo Estadual. Não é uma contraposição à iniciativa do Governo de sanear as finanças públicas, mas, sim, de criar novos recursos, mantendo a assistência para a população. Não é uma ação tresloucada que amanhã vai gerar mais gastos e aumentar o nosso problema financeiro. Ao contrário: é uma ação muito calcada num planejamento financeiro muito claro, já avaliada pela Secretaria de Planejamento e pela Secretaria da Fazenda, trazendo recursos novos para a cidade de Porto Alegre.

Era este o esclarecimento. Muito obrigado a todos. Eu vou continuar por aqui. Se quiserem conversar comigo fora da tribuna, estarei à disposição. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Secretário Erno.

Em discussão o PLE nº 008/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

O Sr. Moisés Maluco do Bem (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 126/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 126/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, ao PLCL nº 007/17.

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 116/17 da priorização da votação da Ordem do Dia de hoje e que seja o primeiro na ordem de priorização de votação da próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Em discussão o PLL nº 140/13. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 140/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas, depois dessa tarde um pouco atípica em que, por unanimidade, votamos a favor deste projeto do Executivo, lembrei de uma coisa: estava junto com Ver. Luciano Marcantônio na TVE na sexta-feira à noite, e o apresentador nos perguntava no que a oposição poderia contribuir com o Executivo. Está aqui mais um exemplo de que quando o projeto é relevante, não tem essa polarização falsa de que uns estão contra e outros a favor da Cidade. Mas nós temos aqui um projeto que também deveria ir no mesmo sentido, um projeto que trata da obrigatoriedade de sinalizar nas paradas, projeto do Ver. Mauro Pinheiro e nosso. Nós tínhamos dois projetos com o mesmo intuito, lá em 2013 ainda, então tramita há bom tempo nesta Casa; retiramos os dois e apresentamos um projeto em conjunto. Trouxe algumas fotos para mostrar exemplos de como, mundo afora, e mesmo ocorre em outras cidades, talvez o exemplo de Canoas, a mais próxima e mais fácil de encontrar, de que é possível, sim, tornar o transporte coletivo algo que dê previsibilidade e segurança nas informações. Eu sempre digo que muito mais do que passar um ônibus a cada cinco minutos, se ele passará a cada dez, doze ou quinze minutos, mas passar naquele horário e você saber que linha é e para onde ela vai, te dará segurança e garantia, e a partir daí é uma questão de programação pessoal. Essa falta de informação nas paradas de Porto Alegre não é de hoje. Tivemos a ação social de um grupo chamado Shoot the Shit, que percebendo essa necessidade social, foi lá e colocou uma placa em que as pessoas podiam escrever “Que ônibus passa aqui?” Recordo-me do então diretor-presidente da EPTC, Vanderlei Cappellari, que imediatamente, ao invés de acolher a iniciativa, acabou indo pela linha da criminalização, proibiu a colocação, retirou aquelas placas, que eram

uma forma de levantar o tema; disse que faria e acabou não fazendo. Hoje a imensa maioria das paradas de ônibus da nossa Capital não tem nenhuma informação. Ou seja, você precisa ficar dependendo de ter alguém na parada para que te dê a informação de quais linhas passam por ali, ou você precisa, muitas vezes, parar o ônibus simplesmente para perguntar ao motorista para aonde vai aquele ônibus, porque, logicamente, aquela identificação na parte frontal do ônibus é insuficiente para entender o itinerário. E nem todo mundo – é bom que se diga – tem um *smartphone* com Internet que possa acessar ou ligar para o 156 ou o 118 para saber das linhas de ônibus. Então é uma sugestão, nós não estamos aqui no projeto dizendo, logicamente, como deve ser essa sinalização. Nós estamos aqui trazendo exemplos, fotos que mostram as inúmeras alternativas. Estamos colocando a possibilidade de que as despesas, e aqui eu quero ler o § 2º do art. 3º do nosso projeto, que justamente diz que as despesas relativas à distribuição e fixação das placas informativas poderão ser custeadas pela iniciativa privada, pela venda do espaço publicitário no próprio painel. Então, vejam, antes nós tínhamos uma lei e acabamos aqui revogando. A lei anterior se limitava apenas à região central da Cidade, e nós estamos dando um conteúdo mais genérico em toda Cidade. E sempre que vem aquela justificativa de que a Prefeitura não tem recursos - e esta gestão tem sido marcada por essa fala -, está aqui o § 2º do art. 3º abrindo a possibilidade de a iniciativa privada distribuir e fixar as placas através da exploração, logicamente, comercial do espaço publicitário, como os exemplos mostrados aqui no painel. Então, coloco para a aprovação dos Vereadores. Eu e o Ver. Mauro Pinheiro somos os autores deste projeto – para quem não prestou atenção no início da minha fala. Tramita desde 2013, tem pareceres favoráveis em Comissões, e nós resolvemos trazer ao plenário para finalmente votarmos e termos aqui uma diretriz, uma ampliação dos direitos daqueles que são transportados pelos transportes coletivos da nossa Cidade. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 140/13.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, no mérito, o projeto de autoria dos Vereadores Marcelo Sgarbossa e Mauro Pinheiro é importante,

porque nós temos a oportunidade de ampliar o acesso da informação ao cidadão, sobretudo, àqueles que são usuários do transporte coletivo no dia a dia. No mérito, eu entendo que é importante. Mas eu acredito que nós devemos aperfeiçoar muito ainda e se ele está tramitando, Ver. Nedel, desde 2013, ele deve ser compreendido no contexto do mobiliário urbano da Cidade. Nós temos aqui diversas iniciativas que, de forma esparsa, Ver. Cecchim, avançam sobre o tema do mobiliário. Nós tivemos duas tentativas nos últimos anos, de parte do Poder Executivo, de lançar uma licitação para qualificar o mobiliário urbano em Porto Alegre, e, nas duas oportunidades, as licitações foram desertas. As razões de ordem econômica e pela inviabilização do objeto são amplamente conhecidas por todos.

Tenho um projeto que não mexe no mobiliário – é um projeto que faz com que o cidadão possa ter acesso à informação de quais consultas e quais médicos estão no posto de saúde –, mas vai nessa direção, só que precisamos ter um certo cuidado, porque, na medida em que nós aqui jogamos apenas para o setor privado essa responsabilidade, não havendo interessados do setor privado, recai só no Poder Público, e o Poder Público, pelo cobertor curto, corre um risco muito sério de não viabilizar este, que é um projeto importante, mas que eu ainda acredito que possa ser aperfeiçoado.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Já disse certa feita aqui e repito que estou alinhado com a sua posição na questão do mobiliário urbano. Acho que nós devemos puxar essa discussão, inclusive a sua Comissão pode fazer isso. Sou parceiro nesse projeto, porque se trata de uma questão mais ampla, que é todo o mobiliário urbano.

O Sr. João Bosco Vaz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Na realidade, eu gostaria de saber, se V. Exa. puder me responder, ou algum outro Vereador ou Vereadora, se já está na rua esse edital de licitação para o mobiliário urbano. Se ele já estiver na rua, este projeto vai contra o edital.

O SR. ANDRÉ CARÚS: O que existe, desde 1999, quando foi atualizada a legislação sobre mobiliário urbano em Porto Alegre, é que deve ser composta uma comissão de avaliação e análise permanente do mobiliário urbano na Cidade. Já está na Ordem do

Dia, e solicitei ao Ver. Cecchim que na reunião de Líderes, na próxima quinta-feira, priorize, a votação da Comissão Especial sobre o mobiliário urbano em Porto Alegre. Fui autor desse Requerimento e, na medida em que nós tivermos uma Comissão Especial aqui na Casa, teremos a oportunidade de revisar a legislação existente sobre o assunto e também de unificar as diversas proposições que aqui versam sobre esse tema.

Ver. Sgarbossa, como disse no início, sou altamente favorável ao mérito da iniciativa, me coloco à disposição, como o Vereador que trata dessa pauta, e quando a Comissão Especial for aprovada, composta pela pluralidade desta Casa, vamos avaliar cada uma dessas iniciativas, e tenho certeza que, com que competência dos Vereadores que irão compor a Comissão, sendo aprovada, e de todos aqueles que debatem esse assunto, nós vamos avançar no tema do mobiliário. O mobiliário urbano tem que compreender os conceitos de limpeza, ordenamento, organização, proteção ambiental, e, mais do que isso, bem-estar ao cidadão, qualidade de vida, sem poluição visual. Muitas vezes, a gente acaba jogando uma responsabilidade para a iniciativa privada que ela não vai corresponder, principalmente num cenário de crise econômica, que, infelizmente, nós estamos vivendo, por diversas razões, em nosso País. Mobiliário urbano é uma questão urbana, e nós precisamos, como disse antes, revisar a legislação atual e unificar o máximo possível os projetos que tramitam nessa perspectiva aqui dentro desta Casa, e a comissão especial pode servir esse papel. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 140/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uma bancada afiada assim é uma barbada. Ver. Carús, eu não sabia que V. Exa. falaria, e falou exatamente sobre a preocupação que nós tínhamos quanto a projeto, Ver.ª Nádia, que pode complicar o mobiliário urbano, que tudo isso tem que ser casado. A ideia do Ver. Sgarbossa é muito boa, e eu até quero cumprimentá-lo por deixar a brecha "a iniciativa privada poderá". Eu só botaria que a iniciativa privada deverá. A Prefeitura não tem dinheiro para fazer essas coisas. A iniciativa privada deverá! Mesmo assim, eu acho que a Prefeitura deverá passar para a iniciativa privada, através de uma licitação, para

que cuide do mobiliário urbano como um todo, desde as bancas de revista, as bancas de chaveiro. Nós temos, em Porto Alegre, Ver. Moisés, banca de sapateiro – V. Exa. acredita nisso? Eu acho que nós temos que fazer uma relação de todo esse mobiliário urbano que nós temos. A Prefeitura não ganha nada; essas bancas são dadas para a Dona Maria, mas a Dona Maria não sabe, quem explora é outro; cobram aluguel. Nós encontramos, na Zero Hora ou em qualquer jornal, muitas vezes, anúncios: "Vende-se banca de revista". Isso não pode! Não pode vender, mas estão vendendo. Então eu acho que nós temos que pegar isso como um todo, cuidar das paradas de ônibus, cuidar das bancas, dos relógios, das placas de ruas. A grande maioria das ruas não está identificada. É uma série de coisas! Eu queria aproveitar a ideia do Ver. Sgarbossa e juntarmos tudo isso. Que apareça o nome do Ver. Sgarbossa, que apareça o nome de todos que tenham boa vontade sobre o tema, que sejam os pais da criança! Se começarmos a fazer leis, vamos fazer uma colcha de retalhos e quem quiser entrar numa licitação do mobiliário urbano, vai levar um susto!

O Sr. André Carús: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para contribuir, o mau exemplo: o senhor citou os relógios e hoje eles são um monumento à incompetência coletiva! Temos um mobiliário que deu certo, tem anúncios específicos nas bancas de revista, mas isso é fruto de uma legislação específica. Daí a importância da Comissão Especial e da unificação das propostas nessa direção.

O SR. IDENIR CECCHIM: V. Exa. tem toda razão, por isso, a Comissão Especial. Desde quando o senhor me apresentou o projeto da comissão, eu achei fantástico, porque precisa se organizar. Nós temos aqui à frente para revogar, frente da desburocratização, etc., todas elas são importantes, mas temos que ter essa comissão que trate sobre o mobiliário urbano. A Prefeitura não consegue fazer há 40 anos! Não fez, não faz, não identifica as ruas, perde dinheiro com aquilo que pode arrecadar! Vamos todos juntos aqui da Câmara fazer com que se resuma essa legislação. Acho que essa Comissão vai ajudar muito a dar um norte para a Prefeitura, para o Governo fazer uma grande licitação do mobiliário urbano, que atenda principalmente os bairros onde as ruas não são identificadas. Se andarmos por qualquer bairro, não sabemos em que rua estamos. Sabe mais das ruas o Waze, o americano, do que nós aqui! Se nós não tivermos o Waze ou o

GPS, não sabemos onde estamos, porque não tem identificação. Então vamos fazer um compêndio de boas ideias. Essa do Ver. Sgarbossa é boa, a intenção é muito boa, mas vamos esperar um pouco para fazermos todos juntos o que interesse para os cidadãos, para que interesse a quem transporta, quem anda de carro, quem anda a pé, para que Porto Alegre seja melhor identificada. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 140/13.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós tivemos aqui, há pouco tempo, o Cônsul-Geral da Itália, falando do Comendador Sgarbossa. E eu aprecio a inteligência do Vereador, sempre tentando novidades e tal, importantes para esta Cidade, só que, como advogado, ele deve saber que nós não podemos impor despesas à Prefeitura, ao Prefeito, isso torna o projeto inconstitucional, vício de iniciativa. E ele está aqui obrigando a fixar nas paradas, estações, terminais, placas informativas, placas indicativas nas paradas. Ele sabe, por ser extremamente inteligente, que isso não é possível, que nós não temos prerrogativas de fixar despesas para a Prefeitura; portanto, o projeto tem o vício de iniciativa.
Eu não tenho aqui o Parecer da Procuradoria, mas o parecer da CCJ é pela inexistência de óbice, da CEFOR é pela rejeição do projeto, da CEDECONDH pela rejeição, e da CUTHAB pela aprovação.
Então, este projeto, sem dúvida, deveria ser transformado numa Indicação, numa sugestão para a Prefeitura incluir no seu edital de licitação esses detalhes. Todos nós sabemos que as paradas não dispõem de informações e que deveriam conter vários dados indicativos e informativos à população, mas nós não podemos fazer isso e já sabemos de antemão e o Vereador insiste em fazer projeto com vício de iniciativa. Portanto, nós estamos gastando o nosso tempo em projetos inviáveis. Lamento Vereador.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 140/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu tinha subido para falar do projeto, mas já que fui chamada logo após o Ver. Nedel, eu não posso deixar de respondê-lo. Em primeiro lugar, porque é evidente que um projeto dessa natureza pode ser realizado, sim, por Vereadores. Placas informativas com relação às informações do sistema coletivo de transporte, obviamente, podem e devem ser legisladas pela Câmara de Vereadores. Não existe vício de iniciativa, pois o Vereador não está dizendo que será a EPTC que fará, que terá que pagar todos os custos, inclusive está prevendo convênios para garantir a execução da lei. Em segundo, estranha-me porque esta Câmara aprovou, por unanimidade, um projeto de minha autoria e do Ver. Pedro Ruas que obrigava a todas as paradas de ônibus a terem, no final e no início dos terminais, na verdade, a tabela horária desses ônibus, o que para nós é muito importante. Até estranhei que conste, uma vez que já tem uma lei da nossa autoria, que já foi sancionada, e eu acho que seria uma referência importante ou, pelo menos, para que essa alteração fosse realizada numa legislação que já existe e foi sancionada pelo Prefeito Fortunati. É uma legislação em vigor na cidade de Porto Alegre que infelizmente não é cumprida, portanto, já fica aqui a crítica e o registro de que nós lutaremos pelo cumprimento da lei, para que a população possa, no mínimo, no final e no início das linhas, tenha o controle dessa tabela horária em relação aos horários previstos para cada um dos ônibus. Nem todos têm *smartphones* para consultar, aliás, ao contrário, a ampla maioria da população não tem acesso a um plano de Internet que possa dar conta de um acesso sistemático às tabelas da EPTC e a uma questão de controle. Agora, o projeto vai além, é um projeto que fala de um conjunto de informações necessárias a terem uma padronização e uma sinalização: nome e número da linha, os itinerários, os pontos de parada, os meios de integração, o valor da tarifa, enfim, uma série de informações que podem e devem subsidiar o nosso usuário. E digo mais: muitas vezes, eu me deparei, nas paradas de ônibus, pensando como o turista, ou alguém que não é de Porto Alegre, se localiza nesse sistema caótico que nós temos, de zero informação, praticamente não existe informação aos usuários nos terminais de ônibus. É só o nome da linha e o número, dependendo do terminal, quando não tem uma confusão. E só, e ponto! Se a gente pega várias Capitais e outras cidades com aquelas

estruturas que, atrás, têm os ônibus que passam ali, as linhas que passam naquelas paradas, para facilitar o acesso e a locomoção da população, Porto Alegre tem muito que avançar.

Eu acho que é um projeto meritório, que não só merece, mas precisa ser aprovado pela Câmara de Vereadores, para subsidiar os usuários e melhorar a qualidade do transporte coletivo. Não é à toa que nós vivemos uma crise nos ônibus na cidade de Porto Alegre, não só pelos aumentos abusivos que foram dados ao longo dos anos, o que fez com que a tarifa esteja R$ 4,05, um valor extremamente alto para a população, o descumprimento da tabela horária. Nós temos o aplicativo “Fiscaliza Tu”, e eu já trouxe o balanço do primeiro mês, com centenas de reclamações dos usuários, de atraso, de superlotação, de falta de limpeza nos ônibus, sucateamento dos coletivos. E nós temos um sistema de transporte que faz com que, na medida em que caia o número de passageiros, as empresas queiram aumentar ainda mais a tarifa, que é uma lógica ridícula, uma lógica perversa, que só gera uma bola de neve. Evidentemente que as pessoas, para viajarem que nem sardinha enlatada ou ficar uma hora esperando, tendo a possibilidade de usar o seu carro, compartilhar viagem, ou, quando são três pessoas, pegar um táxi, pegar um Uber, óbvio que as pessoas preferem e é óbvio que vão deixar de andar de ônibus e é óbvio que isso vai ter repercussão no sistema de transporte piorando, inclusive aumentando o IPCA. Nós precisamos rever esse modelo de transporte, que, de fato, tem sido um calvário para os usuários e para os trabalhadores rodoviários. De qualquer maneira, esse é um projeto democrático, de acesso à informação, portanto, terá o voto favorável da bancada do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCL nº 007/17.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h40min.)